



[Legislação Correlata - Lei 1547 de 11/07/1997](#)

[Legislação Correlata - Ordem de Serviço 19 de 03/04/2009](#)

[Legislação Correlata - Resolução 157 de 07/04/2021](#)

## **LEI Nº 3.822, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2006**

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre a Política Distrital do Idoso e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

Art. 1º A Política Distrital do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoa maior de 60 (sessenta) anos de idade, conforme a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "Institui a Política Nacional do Idoso".

### **CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES**

#### **Seção I Dos Princípios**

Art. 3º A Política Distrital do Idoso rege-se pelos seguintes princípios:

I – a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar aos idosos todos os direitos da cidadania; garantir a sua participação na comunidade; e defender a sua dignidade, o seu bem-estar e o seu direito à vida;

II – o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral e deve ser objeto do conhecimento e da informação de todos;

III – o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV – o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas por meio desta política;

V – as diferenças econômicas e sociais, e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Distrito Federal devem ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral na aplicação desta Lei.

#### **Seção II Das Diretrizes**

Art. 4º A Política do Idoso obedece às seguintes diretrizes, no âmbito do Distrito Federal:

I – promoção do desenvolvimento pessoal e da participação das pessoas idosas por meio dos seus conhecimentos profissionais e experiências de vida, permitindo a sua melhor integração na sociedade;

II – apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento da população do Distrito Federal;

III – atendimento preferencial ao idoso nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

IV – divulgação de informações de caráter educativo sobre aspectos gerais do envelhecimento para toda a sociedade, com vistas a obter o seu apoio à Política do Idoso no Distrito Federal;

V – implementação, em todos os órgãos do governo, de sistema de informações que permita a divulgação da política; dos serviços oferecidos; e de planos, direitos, obrigações, programas e projetos;

VI – participação do idoso, por meio das suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação de políticas, planos e projetos relativos às pessoas idosas;

VII – criação de mecanismos para divulgação e conhecimento dos direitos do idoso;

VIII – priorização do atendimento ao idoso junto à sua própria família, reservado o atendimento em asilo ao idoso que não possua família, nem condições de garantia da própria sobrevivência;

IX - articulação com órgãos governamentais e entidades não-governamentais, visando à expansão da rede de atendimento à pessoa idosa.

### **CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO**

~~Art. 5º Compete à Secretaria de Estado de Ação Social a coordenação geral da Política Distrital do Idoso, com a participação dos demais órgãos competentes, do Conselho do Idoso e das organizações não-governamentais.~~

~~Art. 5º Compete à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania a coordenação geral da política do idoso, com a participação dos demais órgãos competentes, do Conselho dos Direitos do Idoso e das organizações não-governamentais. ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).~~

Art. 5º Compete à Secretaria a que o Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal está vinculado a coordenação geral da política do idoso, com a participação dos demais órgãos competentes, do Conselho dos Direitos do Idoso e das organizações não governamentais. ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5242 de 16/12/2013](#)).

~~Art. 6º Ao Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Ação Social, compete:~~

~~Art. 6º Ao Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, compete: ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).~~

Art. 6º Ao Distrito Federal, por intermédio da Secretaria a que o Conselho dos Direitos do Idoso está vinculado, compete: ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5242 de 16/12/2013](#)).

I – coordenar as ações integradas setoriais da Política Distrital do Idoso;

II – participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação da Política Distrital do Idoso, em conjunto com as Secretarias e os órgãos setoriais.

### **CAPÍTULO IV DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS**

Art. 7º São competências dos órgãos e entidades públicas na implementação da Política Distrital do Idoso:

I – na área de Assistência Social:

a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais;

~~b) estimular a criação de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;~~

b) estimular a criação de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares, repúblicas e outros; ([Alínea alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5928 de 24/07/2017](#)).

c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;

d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;

e) promover a capacitação e reciclagem de recursos humanos para atendimento ao idoso;

- f) apoiar, técnica e financeiramente, entidades não-governamentais na implantação de serviços para atender a pessoa idosa;
- g) estimular a formação de grupos, associações e entidades de atendimento ao idoso;
- h) orientar e encaminhar a pessoa idosa quanto aos benefícios a ela devidos;
- i) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação, programas educativos com o fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- j) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área de Assistência Social;
- l) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;

#### II – na área da justiça:

- a) promover e defender os direitos da pessoa idosa, e encaminhar ao Ministério Público denúncias de maus tratos, de discriminação ou de quaisquer atos que impeçam o exercício de direito assegurado em lei;
- b) zelar pela aplicação das normas relativas ao idoso e determinar ações para evitar abusos e lesões a seus direitos, principalmente quanto à gestão dos seus bens, rendas e proventos por parte de procuradores a quem sejam outorgados poderes, devendo toda entidade de defesa dos direitos do idoso denunciar ao Ministério Público quaisquer abusos na gestão dos bens, rendas e proventos das pessoas amparadas por esta Lei;
- c) assegurar ao idoso o direito de dispor dos seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada;
- d) garantir a nomeação de um curador especial em juízo, quando comprovada a incapacidade do idoso para gerir os seus bens;
- e) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação, programas educativos com o fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- f) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área da Justiça;
- g) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;

#### III – na área da saúde:

- a) garantir ao idoso o acesso a serviços e ações preventivas e curativas nos diferentes níveis de atendimento, em especial no Sistema Único de Saúde – SUS, e buscar mecanismos que reduzam as dificuldades de acesso aos serviços e ações, em especial transporte gratuito e visitas domiciliares de equipes multidisciplinares de saúde;
- b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;
- c) desenvolver política de prevenção com o intuito de assegurar que a população envelheça mantendo um bom estado de saúde;
- d) elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares que incluam atendimento preferencial nas diversas especialidades e garantam, no mínimo, 30% (trinta por cento) das vagas para os idosos e também salas de acolhimento exclusivas, com programas de promoção de saúde voltados para esses usuários;
- e) adotar e impor normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- f) desenvolver formas de cooperação entre as Secretarias de Saúde do Distrito Federal e dos Estados, e entre as Entidades de Referência em Geriatria e Gerontologia, para treinamento de equipes interprofissionais;
- g) garantir o acesso a exames complementares de média e alta complexidade para o diagnóstico de doenças crônicas degenerativas próprias do envelhecimento, e ao tratamento com medicamentos de uso continuado ou de alto custo, bem como a órteses e próteses que se fizerem necessárias à autonomia, reabilitação e reinserção social do idoso;

- h) incluir a Geriatria como especialidade clínica para o efeito de concursos públicos no Distrito Federal;
- i) estimular a participação do idoso nas diversas instâncias do Controle Social do Sistema Único de Saúde – SUS;
- j) realizar estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas à prevenção, ao tratamento, à reabilitação e à criação de serviços alternativos de saúde para o idoso;
- l) estimular a criação, na Rede de Serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, de unidade de cuidados diurnos (Hospital Dia), de atendimento domiciliar e de outros serviços para o idoso;
- m) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação, programas educativos com o fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- n) desenvolver política de adequação da estrutura física e operacional da rede de saúde e de instituições de longa permanência, visando atender às características da população idosa, com ênfase na capacitação dos profissionais e prestadores de serviços;
- o) desenvolver e apoiar programas de prevenção, educação e promoção da saúde do idoso, de forma a:
  - 1) priorizar a permanência do idoso junto à família, na comunidade e no desempenho de papel social ativo, com autonomia e independência;
  - 2) estimular o autocuidado;
  - 3) envolver a população nas ações de promoção da saúde do idoso;
  - 4) estimular a promoção de grupos de auto-ajuda e de convivência, em integração com instituições que atuem no campo social;
  - 5) desenvolver programa de educação alimentar para o idoso;
  - 6) garantir a cobertura do atendimento na área rural;
- p) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área de saúde;
- q) garantir recursos financeiros no orçamento para a execução das ações propostas;
- r) dotar os hospitais e centros de saúde de profissionais qualificados para o atendimento ao idoso;
- s) promover a capacitação e reciclagem de recursos humanos para o atendimento ao idoso;

#### IV – na área do Trabalho:

- a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto à sua participação no mercado de trabalho, nos setores público e privado;
- b) aproveitar o saber acumulado do idoso em programas de treinamento de mão-de-obra, de preparação do jovem para o trabalho e de reciclagem do idoso para o aproveitamento em outras ocupações;
- c) criar e estimular a manutenção de programa de preparação para a aposentadoria, nos setores público e privado, com antecedência mínima de dois anos do afastamento;
- d) criar programas de geração de renda dirigidos aos idosos não inseridos no mercado de trabalho ou sob risco de desocupação;
- e) promover a capacitação de pessoas para o trabalho com idosos;
- f) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação, programas educativos com o fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- g) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área do Trabalho;
- h) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;

**V – na área de Habitação e Urbanismo:**

- a) garantir a inclusão de percentuais de atendimento e de alternativas de habitação para o idoso nos programas habitacionais do Governo do Distrito Federal;
- b) destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso sem família ou sem condições de auto-sustentação;
- c) eliminar barreiras arquitetônicas para o idoso nos equipamentos urbanos de uso público;
- d) incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria das condições de habitabilidade e de adaptação de moradia que levem em consideração as necessidades impostas pelo seu estado físico e pela sua dependência de locomoção;
- e) incentivar e promover estudos em articulação com outros órgãos, visando aprimorar as condições de habitabilidade adaptadas ao idoso, assim como adequar e aplicar as inovações tecnológicas de habitação aos padrões vigentes; e divulgá-los em todos os segmentos da sociedade, de acordo com o Código de Edificação do Distrito Federal;
- f) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação, programas educativos com o fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- g) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área de Habitação e Urbanismo;

h) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;

**VI – na área da cultura:**

- a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b) propiciar ao idoso acesso aos locais de eventos culturais promovidos pelo Governo do Distrito Federal;
- c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;
- d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) estabelecer um calendário anual de atividades culturais específicos para os idosos;
- f) incentivar a prática de atividades culturais, visando à participação do idoso por intermédio de programas e projetos específicos, elaborados pela Secretaria de Cultura e pelas Diretorias de Cultura das Administrações Regionais, envolvendo ainda os órgãos não-governamentais;
- g) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área da cultura;
- h) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;

**VII – na área de Esporte e Lazer:**

- a) incentivar e criar programas de lazer, esportes e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem a sua participação na comunidade;
- b) incentivar e apoiar os movimentos de idosos no desenvolvimento de eventos esportivos;
- c) incentivar a prática de atividades físicas e de lazer, visando à promoção da saúde do idoso por intermédio de programas e projetos específicos;
- d) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação, programas educativos com o fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área de esporte e lazer;

f) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;

#### VIII – na área da Educação:

a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;

b) inserir nos currículos das diversas séries do ensino fundamental conteúdos relativos ao processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e gerar conhecimento sobre o assunto;

c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;

d) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação, programas educativos com o fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;

e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância adequadas às condições do idoso;

f) apoiar a criação de universidades abertas para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber;

g) criar mecanismo de inserção do idoso na rede escolar, integrando-o por meio das suas vivências e experiências;

h) estender para a zona rural os programas de alfabetização;

i) capacitar professores para atuar junto ao idoso;

j) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área da Educação;

l) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;

#### IX – na área de Meio Ambiente:

a) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação de massa, programas educativos com o fim de informar a população sobre a importância da participação do idoso no processo de conscientização ambiental;

b) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área de Educação Ambiental;

c) estimular a criação de alternativas para o atendimento ao idoso em programas de educação ambiental;

d) estimular a participação do idoso na sensibilização da comunidade quanto ao reaproveitamento de material reciclado;

e) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área de Meio Ambiente;

f) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;

#### X – na área de Transporte:

a) sensibilizar a população, através dos meios de comunicação, quanto ao respeito devido à legislação referente aos assentos destinados aos idosos no transporte coletivo;

b) assegurar o cumprimento da legislação que destina aos idosos até dois lugares por viagem no transporte alternativo;

c) eliminar barreiras arquitetônicas, adequando o transporte coletivo às necessidades de segurança e acessibilidade do idoso;

d) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação, programas educativos com o fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;

e) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área de transporte;

- f) garantir recursos financeiros no orçamento para a execução das ações propostas;
- g) promover a capacitação e reciclagem de recursos humanos para o atendimento ao idoso;

XI – na área de Segurança Pública:

- a) inserir no currículo das academias de formação e reciclagem dos profissionais de segurança pública matérias pertinentes à questão do idoso;
- b) criar seções especializadas em atendimento ao idoso nas delegacias circunscricionais;
- c) desenvolver, especialmente nos meios de comunicação, programas educativos sobre a legislação vigente;
- d) assegurar recursos para viabilizar a implantação de Delegacia Especializada;
- e) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área de Segurança Pública;
- f) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;

XII – na área de Previdência Social:

- a) priorizar o atendimento ao idoso nos benefícios previdenciários;
- b) encaminhar e orientar a pessoa idosa quanto aos benefícios previdenciários e de prestação continuada;
- c) desenvolver, principalmente nos meios de comunicação, programas educativos com o fim de informar a população sobre os benefícios previdenciários e assistenciais;
- d) promover a captação de recursos a fim de desenvolver projetos para o atendimento ao idoso na área de Previdência Social;
- e) garantir recursos financeiros no Orçamento para a execução das ações propostas;
- f) implantar postos de atendimento em locais onde não existem;

§ 1º Na participação efetiva da sociedade na Política Distrital do Idoso, de que trata o art. 1º, fica instituído o programa Um Lar para os Idosos, que consiste no apadrinhamento afetivo de pessoas idosas acolhidas e sob responsabilidade das unidades estatais e privadas destinadas ao amparo do idoso, em conformidade com a Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, a qual dispõe sobre o Estatuto do Idoso. [\(Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021\)](#).

§ 2º O programa Um Lar para os Idosos tem por finalidade: [\(Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021\)](#).

I – permitir o acolhimento e apadrinhamento social nos finais de semana, nos feriados e em datas comemorativas; [\(Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021\)](#).

II – possibilitar, por meio de procedimentos simplificados, a inserção e o convívio social dos idosos acolhidos em instituições de amparo; [\(Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021\)](#).

III – proporcionar a divulgação, para a sociedade civil, dos idosos que se encontram em situação de total abandono pela família; [\(Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021\)](#).

IV – possibilitar aos idosos a convivência fora da instituição onde residem, proporcionando-lhes amor, afeto, atenção, carinho e cuidados com a saúde. [\(Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021\)](#).

§ 3º As pessoas interessadas em apadrinhar os idosos devem procurar os órgãos competentes e afirmar sua disponibilidade e vontade de exercer afeto, solidariedade e amor, bem como devem possuir recursos financeiros mínimos para proporcionar melhoria na qualidade de vida do apadrinhado. [\(Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021\)](#).

§ 4º Ao beneficiário do programa ficam assegurados e garantidos o convívio familiar, ainda que parcial, por meio de visitas ao lar do seu padrinho ou madrinha quando possível, a convivência comunitária, o acompanhamento de seu estado de saúde e a troca de experiências e de valores éticos com terceiros. [\(Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021\)](#).

§ 5º O padrinho afetivo pode retirar seu apadrinhado da instituição onde mora, para passeio em feriados e finais de semana. ([Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021](#)).

§ 6º Podem ser autorizadas visitas em dias de semana, por ocasião do transcurso do aniversário do padrinho ou do apadrinhado ou por ocasião de eventos culturais e sociais previamente justificados. ([Acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 7000 de 13/12/2021](#)).

g) promover a capacitação e reciclagem de recursos humanos para o atendimento ao idoso.

Art. 7º-A É vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante órgãos públicos distritais, sendo admitidos apenas os seguintes procedimentos: ([Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6594 de 25/05/2020](#)).

I – quando de interesse do poder público, o agente promove o contato necessário com o idoso na residência deste; ([Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 6594 de 25/05/2020](#)).

## **CAPÍTULO V DO CONSELHO DO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL**

### **DO CONSELHO DOS DIREITOS DO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL ([alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#))**

~~Art. 8º O Conselho do Idoso do Distrito Federal, criado pela Lei nº 218, de 26 de dezembro de 1991, tem por finalidade formular a política para a terceira idade e promover o seu implemento.~~

Art. 8º Ao Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – CDI/DF, órgão de caráter paritário, consultivo e deliberativo, incumbe contribuir para a formulação da política do idoso, bem como acompanhar, fiscalizar, participar da coordenação, supervisionar, avaliar e deliberar sobre as políticas e ações voltadas para o idoso no Distrito Federal, observadas as disposições da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso. ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

~~Art. 9º O Conselho do Idoso do Distrito Federal é composto por sete membros titulares e sete membros suplentes, assim indicados:~~

Art. 9º Compete ao Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal: ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

~~I – quatro titulares e os seus respectivos suplentes, pelas entidades privadas dedicadas à assistência ao idoso reconhecidas como de utilidade pública pelo Distrito Federal;~~

~~I – coordenar as ações integradas setoriais da Política Distrital do Idoso; ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).~~

I – participar da coordenação das ações integradas setoriais da Política Distrital do Idoso; ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5242 de 16/12/2013](#)).

~~II – três titulares e os seus respectivos suplentes, pelo Governador do Distrito Federal.~~

II – participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação da Política Distrital do Idoso, em conjunto com as Secretarias de Estado e órgãos setoriais; ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

III – cooperar com os órgãos governamentais e não governamentais na elaboração e execução de ações e programas de interesse do idoso, especialmente nas áreas da justiça, saúde, educação, cultura, trabalho, assistência social e habitação; ([Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

IV – fiscalizar, de forma sistemática e continuada, o funcionamento dos órgãos governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, bem assim a gestão de recursos e desempenho de programas e projetos aprovados pelo Conselho; ([Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

V – acompanhar e fiscalizar a criação, a instalação e a manutenção das instituições de atendimento ao idoso; ([Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

VI – acompanhar e fiscalizar as ações governamentais e não governamentais na execução da Política Distrital do Idoso; ([Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

VII – acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária, no que se refere à destinação de recursos públicos às áreas relacionadas com a política do idoso; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

VIII – inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

IX – registrar as organizações não governamentais com atuação na área do idoso do Distrito Federal; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

X – propor e acompanhar o reordenamento institucional, indicando modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento do idoso; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

XI – promover, apoiar e incentivar a realização de estudos, pesquisas e eventos sobre a política, os direitos e as ações de atendimento ao idoso, bem como difundir e disseminar seus resultados; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

~~XII – avaliar e aprovar os programas, projetos e ações destinados à captação de recursos do Fundo de Apoio do Idoso do Distrito Federal; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).~~

XII – avaliar e aprovar os programas, projetos e ações destinados à captação de recursos do Fundo dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – FDI/DF; [\(alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5242 de 16/12/2013\)](#).

XIII – manter canais permanentes de relacionamento, interação e integração com os movimentos, ações e entidades de pessoas idosas; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

XIV – atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes pública e privada de serviços ambulatoriais e hospitalares conveniadas, com atendimento integral e definição de programas preventivos; [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

XV – avaliar e deliberar quanto à política e às ações de atendimento ao idoso no âmbito do Distrito Federal. [\(Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

~~Art. 10. São atribuições do Conselho do Idoso do Distrito Federal:~~

Art. 10. O Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal é composto por dezesseis membros e respectivos suplentes, sendo oito representantes governamentais e oito representantes da sociedade civil, assim definidos: [\(Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

~~I – promover a integração do idoso na sua própria família;~~

I – um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos: [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

~~a) Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).~~

a) Secretaria a que o Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal está vinculado; [\(alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5242 de 16/12/2013\)](#).

b) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

c) Secretaria de Estado de Fazenda; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

d) Secretaria de Estado de Saúde; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

e) Secretaria de Estado de Educação; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

f) Secretaria de Estado de Transportes; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

g) Secretaria de Estado de Segurança Pública; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

~~h) Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).~~

h) Defensoria Pública do Distrito Federal; [\(alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5242 de 16/12/2013\)](#).

~~II — promover a proteção, promoção e recuperação da saúde do idoso;~~

II – um representante titular e um suplente das seguintes entidades da sociedade civil: [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

a) instituições de defesa de direitos do idoso; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

b) instituições de ensino superior com programa de atendimento ao idoso; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

c) associação de idosos; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

d) centro de convivência de idosos. [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

~~III — assegurar ao idoso a sua autonomia e o seu bem-estar;~~

III – dois representantes titulares e respectivos suplentes de cada uma das seguintes entidades da sociedade civil: [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

a) instituições de longa permanência para idosos; [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

b) organizações de caráter técnico-científico com atuação na área do idoso. [\(Alínea acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

~~IV — promover a fixação dos idosos nos seus próprios lares, sempre que possível; (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

~~V — acompanhar a criação, instalação e manutenção de centros de convivência destinados ao desenvolvimento de programas de assistência ao idoso; (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

~~VI — estimular, por meio dos dispositivos legais cabíveis, a criação pela iniciativa privada de centros de assistência ao idoso; (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

~~VII — opinar, quando solicitado, sobre os critérios de atendimento adotados pelas instituições que prestam serviços ao idoso e sobre os recursos financeiros a elas destinados pelo Governo do Distrito Federal; (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

~~VIII — representar junto às autoridades competentes nos casos de descumprimento injustificado das suas deliberações; (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

~~IX — aprovar ou rejeitar pedidos de incentivos para a criação das entidades assistenciais privadas previstas no inciso IV deste artigo; (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

~~X — promover incentivos à educação continuada e estimular o intercâmbio com as universidades, desenvolvendo estudos, debates e pesquisas relativos ao problema do idoso; (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

~~XI — organizar campanhas de conscientização ou programas educativos para a sociedade em geral, com vistas à valorização do idoso, utilizando os meios de comunicação existentes e disponíveis na comunidade; (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

~~XII — estimular a organização e a mobilização das comunidades interessadas no atendimento às questões do idoso; (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

~~XIII — apoiar a preparação de recursos humanos nas áreas de Geriatria e Gerontologia. (Inciso revogado(a) pelo(a) Lei 4602 de 15/07/2011)~~

§ 1º Os Conselheiros titulares e suplentes serão designados pelo Governador do Distrito Federal, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades mencionados neste artigo. [\(Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

§ 2º Havendo alteração na denominação dos órgãos previstos no inciso I deste artigo, o Poder Executivo deve promover a adequação de acordo com a nova estrutura. [\(Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011\)](#).

[15/07/2011](#)).

~~Art. 11. Para os efeitos na área de atuação do Conselho do Idoso do Distrito Federal, consideram-se idosos quaisquer pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.~~

Art. 11. Antes do término do mandato, as entidades civis organizadas convocarão Fórum Distrital do Idoso, no qual serão eleitos os seus representantes de que trata o art. 10, II e III, para compor o Conselho dos Direitos do Idoso. ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

§ 1º Até a instituição pela sociedade civil organizada do Fórum Distrital do Idoso, a eleição será convocada, excepcionalmente, pelo CDI/DF, por meio de edital, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

§ 2º Os representantes das entidades eleitas terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, por meio de novo processo eleitoral. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

§ 3º As organizações da sociedade civil podem participar do processo eleitoral independentemente do tempo de mandato no CDI/DF, sendo que seus representantes terão mandato de dois anos, permitida somente uma recondução por igual período. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

§ 4º O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios poderá acompanhar o processo de escolha dos membros representantes das entidades da sociedade civil organizada, em fórum próprio, especialmente convocado para esse fim. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

~~Art. 12. Os Conselheiros designados para compor o Conselho do Idoso não serão remunerados, a qualquer título, pelo desempenho dos seus cargos.~~

Art. 12. O Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal terá a seguinte estrutura organizacional: ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

I – Plenário; ([Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

II – Presidência; ([Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

III – Vice-Presidência; ([Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

IV – Secretaria Executiva. ([Inciso acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

~~§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos pela maioria absoluta de seus membros, para mandato de dois anos. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).~~

~~§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pela maioria absoluta dos membros do CDI/DF, para mandato de um ano. ([alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5242 de 16/12/2013](#)).~~

§ 1º O presidente e o vice-presidente são eleitos pela maioria absoluta dos membros do CDI/DF, para mandato de 2 anos. ([alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 6197 de 31/07/2018](#)).

§ 2º Em cada mandato, a Presidência e a Vice-Presidência serão ocupadas por um representante do poder público e outro da sociedade civil, sendo alternada essa ordem a cada novo mandato. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

§ 3º A Secretaria Executiva contará com apoio técnico e administrativo da Secretaria de Estado a que estiver vinculado administrativamente o Conselho, a qual incumbe fornecer os recursos materiais, financeiros e humanos necessários ao seu funcionamento. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

§ 4º O funcionamento interno do Conselho e as competências do Plenário, do Presidente, do Vice-Presidente, dos Conselheiros e da Secretaria Executiva serão definidos no Regimento Interno. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

§ 5º O Presidente poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso. ([Parágrafo acrescido\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

~~Art. 13. O Poder Executivo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Ação Social, manterá o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho do Idoso do Distrito Federal, disponibilizando recursos~~

~~humanos, materiais, financeiros e estrutura física para o funcionamento regular do Conselho.~~

Art. 13. Os serviços prestados pelos conselheiros do CDI/DF são considerados de interesse público relevante e não serão remunerados. ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 4602 de 15/07/2011](#)).

## **CAPÍTULO VI ~~DO FUNDO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO~~**

### **DO FUNDO DOS DIREITOS DO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL ([alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5242 de 16/12/2013](#))**

~~Art. 14. Os recursos do Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal, criado pela Lei Complementar nº 21, de 23 de julho de 1997, serão aplicados no financiamento de projetos e atividades voltados ao apoio e à assistência ao idoso no Distrito Federal, após a aprovação do Conselho de Administração referido no art. 4º da referida Lei.~~

Art. 14. Os recursos do Fundo dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – FDI/DF, criado pela Lei Complementar nº 865, de 27 de maio de 2013, são destinados a financiar os programas e as ações relativos ao idoso com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. ([Artigo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei 5242 de 16/12/2013](#)).

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 15. Os recursos financeiros necessários à implantação da Política Distrital do Idoso afetos às Secretarias de Governo do Distrito Federal serão consignados nos seus respectivos Orçamentos.

Art. 16. Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso.

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

**Brasília, 08 de fevereiro de 2006**

**118º da República e 46º de Brasília**

**JOAQUIM DOMINGOS RORIZ**